

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 2008**-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Joana Baptista Vidinha, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA ALDESC - Com a presença do responsável pela contabilidade, Senhor Vítor Figueiredo e do Revisor Oficial de Contas Dr. João Careca, foram prestadas as informações semestrais, relativamente à situação económica e financeira da ALDESC, prevista na alínea e) do artigo onze dos estatutos.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pede que todos os documentos relativos às demonstrações financeiras intercalares e parecer do Fiscal Único sejam assinados pelo Senhor Presidente, Vice-Presidente e Vereador José Carlos Silva. -----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, pede igualmente que os seus documentos sejam também assinados. -----

-----A pedido dos Senhores Vereadores, os Autarcas assinaram os respectivos documentos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pede esclarecimentos relativamente ao montante de cento e cinquenta mil euros, que a Câmara concedeu a título de subsídio, à empresa municipal, e

qual o documento que existe para consubstanciar esta transferência. Solicita ainda esclarecimento sobre o empréstimo de vinte mil euros, a título de suprimento que a Câmara concedeu à empresa.-----

-----O ROC refere que esse problema deve ser analisado noutra esfera, e não na ALDESC.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha, diz que quer que fique registado em acta, o esclarecimento do ROC, uma vez que esta transferência é feita à margem dos Vereadores da oposição, e sem o consentimento de toda a Câmara, admira-se que não fique notado que há uma quebra de receitas em relação ao ano anterior, quando a empresa tem as mesmas actividades. Quanto à situação do buraco da caixa no valor de quinze mil euros, a autarca gostaria de saber qual o resultado final do processo judicial.-----

-----O Senhor Presidente esclarece que o processo continua em Tribunal, não havendo até à presente data nenhuma decisão.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício refere que o documento apresentado é uma mera formalidade legal, e que não acrescenta nada ao processo. Questiona porque existe apenas uma assinatura de um administrador no relatório apresentado e interroga o facto dos outros dois administradores não assinarem o documento.-----

-----Acrescenta ainda, que este relatório apresentado não faz qualquer referência à extinção da empresa, dando a sensação que nada mudou. Saliencia o facto de que o documento deveria ser aproveitado, para informar em que estado se encontra a extinção da empresa e das diligências feitas em relação ao pessoal.-----

-----o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, dá os parabéns porque em seis meses a empresa conseguiu aumentar o buraco financeiro em quarenta e dois mil euros. Julga que falta o relatório de gestão intercalar. Por outro lado, da análise às contas acha estranho que não haja qualquer tipo de referência à extinção da empresa. Existe em auditoria o princípio da continuidade e julga que deveria haver uma referência à extinção da empresa porque houve uma deliberação em dois mil e sete, nesse sentido. Se lesse o relatório, sem saber desta

deliberação, não chegaria à conclusão de que a empresa seria extinta em Dezembro de dois mil e oito. Analisando o balanço, este está comparado com Junho de dois mil e sete a Junho de dois mil e oito, e no seu entender, este deveria ser comparado entre Dezembro de dois mil e sete e Dezembro de dois mil e oito. Não percebe porque é que o registo de liquidação não foi efectuado. Acha ainda, ser importante a existência de um mapa, com o movimento de pessoal da ALDESC.-----

-----Relativamente ao empréstimo de vinte mil euros a Senhora Vereadora Manuela Cunha, pede fotocópia do documento dessa transferência. O ROC refere que a transferência se realizou por tranches mensais.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou ao ROC quais os montantes que a empresa vai ter que despende para pagar as indemnizações aos funcionários.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha, referiu: "Visto que este documento não vai ser votado, é só apresentado para conhecimento do Executivo, quero no entanto deixar aqui algumas observações sobre o mesmo. Estas demonstrações financeiras intercalares e o parecer do fiscal único relativas à gestão da ALDESC do primeiro semestre de dois mil e oito, continuam a demonstrar o mesmo de sempre, primeiro que a empresa se vai extinguir tal como viveu, isto é, numa crónica falência técnica, numa demonstração de má gestão e irregularidades constantes, e até acaba com uma demonstração de baixa na sua actividade que é traduzida nestes documentos por uma baixa substancial de receitas neste primeiro semestre. E quanto ao défice da empresa, eu diria que ele ainda é bem maior do que parece, visto que uma grande parte dos serviços prestados pela empresa são sustentados em factores não contabilizados, como por exemplo, o serviço prestado por trabalhadores pagos pela Autarquia, a água da piscina que continua a não ser paga assim como a renda dos espaços geridos e as obras de manutenção dos mesmos que têm sido feitas pela Autarquia, e nunca entraram nas contas da empresa, etc, etc,---  
-----Quanto às irregularidades, acabámos de tomar conhecimento

de mais uma nesta reunião, ficámos a saber que os vinte mil euros, referidos no balanço analítico com o número duzentos e dezanove, e denominados de "adiantamento de clientes", são na realidade um empréstimo feito pela Câmara à empresa, que nunca foi deliberado em nenhuma reunião do Executivo. Para finalizar lembro, que o registo oficial de extinção ainda não foi feito, e estamos a escassos dois meses do fim do ano e observamos que os documentos vêm assinados em nome de uma administração que já não existe, e não da comissão liquidatária nomeada. Foi ainda preciso requerer aqui a dois dos elementos que assinassem os documentos. -----

-----E só a título de pequeno conselho, sendo eu uma defensora do papel reciclado, aconselho a não utilizarem nestes documentos um do papel reciclado dos mais caro no mercado."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, refere que quanto à legalidade do subsídio atribuído à empresa ALDESC, não há justificação, até porque os subsídios às empresas municipais não são permitidos.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:"O PSD manifesta a sua preocupação pelo facto de ainda não ter sido apresentado ao Executivo Municipal uma proposta para a resolução da situação dos trabalhadores da ALDESC. A evidência deste facto consubstancia-se na falta de registo de liquidação da empresa na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim, bem como, as demonstrações financeiras e parecer do fiscal único que não fazem qualquer referência à extinção da empresa municipal.-----

-----No entender do PSD, e sem prejuízo da liquidação não estar ainda registada, o fiscal único e o ROC, não poderiam desconhecer do ponto de vista substantivo que a empresa vai ser extinta a trinta e um de Dezembro de dois mil e oito. A falta de referência a esta situação põe em causa um princípio, geralmente aceite e contemplado no POC que se prende com o princípio da continuidade. Saliento ainda que no primeiro semestre de dois mil e oito a empresa ALDESC apresentou um prejuízo de quarenta e dois mil euros. Por último o PSD gostaria de ver por parte do

Partido Socialista a apresentação de uma solução para o pós trinta e um de Dezembro de dois mil e oito, e a questão que deixo é: este Governo é Socialista ou será que é ultra liberal?"-----  
-----  
-----

-----DERRAMA PARA DOIS MIL E NOVE - O Grupo do PS apresentou a proposta para a Derrama de dois mil e nove, com o seguinte teor:"Considerando que a taxa estabelecida no artigo catorze na lei dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, é de um vírgula cinco por cento sobre a matéria tributável em IRC para dois mil e nove, inferior em quase um por cento à que era permitido praticar anteriormente; -----

-----Considerando que a taxa desta receita municipal, apenas incide sobre as actividades económicas que manifestem lucros; --

-----Considerando que esta receita permite ao município fazer investimentos úteis ao Concelho;-----

-----Propõe-se; ao abrigo da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei 5 A de dois mil e dois de onze de Janeiro, a Assembleia Municipal promova a taxa de um vírgula cinco por cento, com as seguintes condições:-----

-----Nos termos do número quatro do artigo catorze, da lei número dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em dois mil e oito, que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, seja aplicada a taxa de um por cento.-----

-----Esta taxa reduzida é aplicada sobre um volume de negócios três vezes superior ao proposto em dois mil e oito.-----

-----Esta receita destina-se às seguintes intenções: pagamento da comparticipação da Câmara na construção dos Centros Escolares de Almeirim e Fazendas".-----

-----O Vereador do PSD refere que a sua proposta deveria ser à taxa zero, para todas as empresas do Concelho, a Câmara poderia

assumir este sacrifício pois seria uma folga para as empresas do nosso Concelho. O Doutor Silva Lopes fala que o défice deste ano poderia ir aos três por cento, e para além disso da análise à proposta de lei do orçamento de Estado, verifica-se que há um aumento de transferências para as autarquias locais. Nessa medida o PSD entende que isentar as empresas contribuiria para apoiar estas nos tempos difíceis vizinhos que se aproximam.”-----

-----Posta à votação, a proposta apresentada pelo grupo do PS, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor, dos Senhores Presidente, Vice Presidente e Vereadores José Carlos Silva, Joana Vidinha e Francisco Maurício, com abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha e o voto contra do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:” Em 2007 a derrama cobrada foi de 392.720,34 €.

----- A esta data foram cobrados, aproximadamente 90.000,00 €.--

----- De facto há uma descida significativa motivada pela crise económica que o país atravessa. São números que dão para pensar, a maioria das nossas empresas são pequenas e médias empresas e estes números são muito significativos acerca da sua saúde financeira.

-----É, pois, meu entendimento que se deverão manter as taxas do ano anterior. Na proposta do PS é notado, erradamente, que esta taxa reduzida é aplicada sobre um volume de negócios 3 vezes superior ao proposto em 2008. Não é verdade, pois as Finanças não aceitaram, porque era ilegal, os 50.000,00 € aprovados pela Assembleia Municipal, o que contrariava o Artº 14, nº 4. Voto pois a favor desta proposta, pois não me parece oportuno propor outras medidas de redução neste contexto.

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse: “ Abstenho-me não por ter uma posição de princípio contra a derrama proposta, mas por considerar que a maioria Socialista do Executivo tem demonstrado uma falta de rigor e gestão dos dinheiros públicos e que sendo assim acho imoral a penalização das empresas do

Concelho num momento de grave crise, sem ter nenhuma segurança que o valor da verba recolhida reverta para o interesse público e colectivo."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que:" Para o PSD é um ponto de honra que a derrama deva ter a taxa zero. Ao isentar as empresas do nosso Concelho da cobrança deste imposto acessório, estamos a proporcionar condições para a sustentabilidade das mesmas e dos postos de trabalho que elas criaram e criam. Para o PSD a Câmara tem ao seu dispor uma politica fiscal que pode contribuir decisivamente para o crescimento económico e a atracção de empresas para o nosso Concelho. Um parque empresarial e politicas municipais de concessão de benefícios fiscais permite atrair empresas para o nosso sector, em vez de construirmos prisões que apenas servem para um punhado de troncos de lenha e vendas de produtos agrícolas avulsos sem que contribua para a sustentabilidade da população do Concelho".-----

-----IRS DOIS MIL E NOVE - Foram presente duas propostas para participação no IRS para dois mil e nove.-----

-----A proposta do grupo do PS, adiante designada por proposta A é do seguinte teor:" Em cumprimento do número um e dois do artigo vinte da lei dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, se propõe ao Executivo Municipal para posterior aprovação na Assembleia Municipal a taxa de quatro por cento como participação no IRS, em dois mil e nove. Esta proposta leva em consideração o facto de já estar reduzida em relação à taxa máxima permitida por lei (cinco por cento), mas também o contexto da região em que os Municípios estão a aprovar taxas entre os quatro e os cinco por cento".-----

-----O Senhor Vereador independente, Francisco Manuel Maurício do Rosário apresentou a seguinte proposta, adiante designada por proposta B: "De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações

introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e de acordo com o previsto no nº 1, 2 e 4 do artº 20º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro de 2007, propõe para deliberação da Assembleia Municipal uma participação de 2,5 % do IRS, em 2009, revertendo a favor do sujeito passivo os 2,5% de dedução na respectiva colecta.”-----

-----Postas à votação as duas propostas foi a proposta A aprovada por maioria com quatro votos a favor do Grupo do PS, a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha e os votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício.-----

-----A proposta B foi rejeitada com quatro votos contra do Grupo do PS, duas abstenções, da Senhora Vereadora Manuela Cunha e Vereador Pedro Pisco dos Santos e o voto a favor do proponente.-

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:” Abstenho-me nas duas propostas apresentadas pelas seguintes razões: como princípio, considero estas propostas de abdicação de uma parte percentual do IRS como demagógica eleitoralista e sem eficácia alguma em termos de combate às injustiças e desigualdades sociais, considero até pelo contrário, quem é mais beneficiado, é quem paga mais imposto, normalmente será também quem tem mais rendimentos e com isto a Autarquia perde um valor que poderia reverter em favor dos mais desfavorecidos e por isso votei contra esta proposta também no ano anterior. A minha abstenção deste ano, não muda nada a minha posição de princípio, só pretendo traduzir a falta de confiança que tenho no que a maioria do PS faz dos dinheiros públicos e do valor que irá receber de IRS.”-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:” No presente momento o PSD considera que é fundamental tomar medidas fiscais anticíclicas que contribuam para que os cidadãos do nosso Município consigam ultrapassar as graves implicações que podem ter nas suas famílias a baixa de rendimentos. Se é verdade que os juros à habitação estão a descer por ordem do Banco Central Europeu, o PSD entende que a repartição do sacrifício



deve estabelecer-se não só na óptica dos contribuintes, mas também na do Estado que deve intervir ou adoptar políticas que permitam a manutenção, já não digo o aumento, dos rendimentos das famílias.-----

-----Para o PSD uma medida fiscal anticiclica e de combate à crise seria a adopção de uma taxa inferior aquela que o PS aqui hoje apresentou. Aliás, a proposta de lei número número duzentos e dezassete barra x, veio ao encontro daquilo que anteriormente referi. Volto a frisar se o Governo tem condições para assumir um défice orçamental de três por cento sem ser penalizado pela Comissão Europeia, porque razão a Câmara Municipal de Almeirim não assume o ónus de uma redução corajosa do IRS.-----

-----Em jeito de conclusão, espero que as trapalhadas ocorridas pelo Magalhães e as ordens dadas à última hora pelo FMI e que motivaram a revisão apresentada pela proposta de orçamento não ocorra pela Câmara Municipal de Almeirim".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu: " Em 2008, a receita é de 509.102,00 €, baixou cerca de 50.000,00 € em relação ao ano anterior, motivado pela aprovação de 4% de participação da Câmara, nos 5% concedidos. Isto é, 1% de participação equivale mais ou menos a 50.000,00.-----

-----É claro como água que a crise está a afectar todos os portugueses que trabalham. Não é nosso papel ignorar esta situação. Sinceramente penso até que em relação a esta matéria o município poderia e deveria prescindir da totalidade dos 5% de participação no IRS dos seus municípios.-----

-----É verdade que o momento também é difícil para a Autarquia, mas seguramente um maior rigor de gestão, por exemplo em relação à organização de algumas festas no Concelho compensariam com facilidade essa diminuição de receita. Não conheço os valores inscritos no próximo Orçamento para 2009, suponho que rondará os 450.000,00 €, mas mesmo assim proponho que o município divida com os seus municípios os 5% envolvidos."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:" Votei a favor da minha proposta e contra a

proposta apresentada pelo grupo do PS, porque me parece mais justa no actual contexto de crise que atravessamos. Na minha opinião é insuficiente a redução de um por cento na participação dos cinco por cento concedidos ao Município.”-----

-----O Vice Presidente referiu:” A Câmara Municipal de Almeirim através desta cobrança de quatro por cento pode efectuar uma redistribuição mais justa, mais social e mais solidária. Uma vez que sabemos que o sistema fiscal português apesar de bastante melhorado nos últimos anos não é perfeito. Gostaria ainda de referir que, sendo este um momento de dificuldades para todos também o é para as autarquias. Sabemos que é fácil fazer sugestões para aumentar o défice, sabemos ainda que os seis por cento são números mágicos para alguns partidos não só recentemente mas também na época de noventa quando eram um Governo. O PS tem-se pautado pelo rigor das contas públicas e por isso não embarca em facilitismos ou acções eleitoralistas que era o que estaríamos aqui a discutir, se propuséssemos baixar este imposto”.-----

-----IMI PARA DOIS MIL E NOVE - O Grupo do Partido Socialista apresentou a proposta para aplicação do Imposto Municipal sobre Imóveis para dois mil e nove, que adiante se designa por proposta A, do seguinte teor:” Com base na faculdade que é conseguida de acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002, no respeito pelo previsto no nº 5 e 1 do artº 112º do Decreto-Lei nº 287/2003 - DR nº 262 de 12 de Novembro que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis com as alterações da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro:-----

----- Se propõe à Assembleia Municipal que aprove as seguintes taxas para vigorar em dois mil e nove:-----

-----Segundo aliena a) do número um do artigo cento e doze - prédios rústicos - 0,8%.-----

----- Segundo aliena b) do número um do artigo cento e doze - prédios urbanos - 0,7%.-----

----- Segundo aliena c) do número um do artigo cento e doze - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,4%.-----

-----Observações (taxa igual ou inferior a dezanove dos vinte e um concelhos do Distrito)-----

----- Segundo o número um do artigo cento e doze - para prédios urbanos degradados que após respectivo levantamento se justifique, majoração de trinta por cento;-----

-----Segundo o número nove do artigo cento e doze majoração de cinquenta por cento.-----

-----Isenções/Reduções: Não se propuseram mais reduções, por já estarem contempladas no zonamento para efeitos de avaliação fornecido pela Câmara às Finanças ( coeficiente a aplicar nos critérios de avaliação: 0,6 - 0,7 - 0,8 - 0,9 - 1,0, sendo que 0,9 e 1,0 são aplicados só na cidade de Almeirim).-----

-----Nota: estas taxas são aplicadas sobre a matéria colectável determinada pelo Governo em sede de OE, que contempla reduções".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou a sua proposta relativamente ao Imposto Municipal Sobre Imóveis para dois mil e nove, que adiante se designa por proposta B, do seguinte teor:" De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002, no respeito pelo previsto no nº 5 e 1 do artº 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003 - DR n .º 262 de 12 de Novembro que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis com as alterações da Lei nº 53-A/2006, de 29 de Dezembro, propõe-se a aprovação para deliberação da Assembleia Municipal as seguintes taxas para vigorar em 2009:-----

-----Ao abrigo da al. b) do n.º 1 - prédios urbanos - taxa de 0,4%-----

----- Ao abrigo da al. c) do n.º 1 - prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - taxa de 0,2 %;-----

----- Ao abrigo do n.º 6 - redução de 30% nas localidades de Marianos, Paço dos Negros e restantes lugares denominados casais adjacentes a estes locais na Freguesia de Fazendas de Almeirim, Monte da Vinha, Arneiro da Volta e restantes lugares denominados casais na Freguesia da Raposa, Foros de Benfica na Freguesia de Benfica e Tapada na Freguesia de Almeirim (como incentivo à reabilitação urbana e combate à desertificação destes locais).--

-----Ao abrigo do n.º 7 e para todos os prédios urbanos arrendados da área do Município - redução de 10% não acumulável com a do n.º 6;-----

-----Ao abrigo do n.º 8 majoração de 30 % para prédios urbanos degradados que, após vistoria confirme tal degradação. Ao abrigo do n.º 9 majoração de 50 % para prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta de imposto inferior a (euros) 20 por cada prédio abrangido, após vistoria que confirme tal degradação.”-----

-----Posta à votação as duas propostas foi a proposta A aprovada por maioria com quatro votos a favor do grupo do PS, e três votos contra dos Senhores Vereadores Manuela Cunha, Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício.-----

-----A proposta B foi declinada com quatro votos contra do grupo do PS, duas abstenções, dos Senhores Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e um voto favorável do proponente.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto:” O meu voto contra a proposta A, decorre do pouco cuidado que ela demonstra na sua apresentação. A abstenção que normalmente era dirigida às duas propostas, advém da falta de confiança que tenho hoje, mais ainda, do que pelo passado da utilização da maioria socialista dos dinheiros públicos que advém do bolso dos cidadãos através de taxas, licenças e impostos.”-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu:” As estatísticas do INE disponíveis para o Concelho de Almeirim, indicam que dezasseis por cento dos edifícios são da década de

noventa, dezoito por cento da década de oitenta, vinte por cento da década de setenta, dezasseis por cento da década de sessenta e vinte e oito por cento anteriores à década de sessenta. Pela idade dos imóveis podemos facilmente concluir que mais sessenta por cento dos edifícios do Concelho têm claramente valores tributáveis muito baixos.-----

-----Assim sendo, o PSD reconhece a existência de uma distorção entre os edifícios novos e velhos, o que prejudica os jovens no início de vida e que deveríamos fixar no nosso Concelho. Para o PSD a taxa para os prédios urbanos de zero virgula sete por cento deveria ser de zero virgula oito e, zero virgula dois para os prédios avaliados nos termos do novo IMI."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu:" Votei favoravelmente a minha proposta porque a considero mais bem elaborada, mais justa e que contempla situações não contempladas na proposta aprovada."-----

-----DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Foi recebida a Direcção da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, que apresentou, pela palavra do Senhor Domingos Martins, um balanço da prova, um agradecimento à Autarquia e aos seus funcionários pela dedicação do serviço prestado para a realização da mesma, pois sem esta colaboração seria impensável a realização de um evento desta dimensão. A satisfação de todos os participantes foi notória e teve um acréscimo, em relação ao ano passado, de mais de mil e duzentos participantes.-----

-----Foram oferecidas lembranças a todo o Executivo.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que: "Para além de tudo o que foi dito, houve mais pessoas a participar nomeadamente na mini, houve famílias inteiras e notou-se haver por parte da população uma maior resposta a esta actividade. O convívio realizado no final das provas foi motivo para trazer mais gente. Além dos Vinte Quilómetros, organizou-se também a taça do Clube dos Campeões Europeus ao mais alto nível e com uma organização

exemplar."-----  
-----O Senhor Vereador Francisco Maurício e o Senhor Presidente  
subscrevem as palavras do Senhor Vice-Presidente.-----  
-----Todo o Executivo felicitou a equipa organizadora da Prova.-  
-----  
-----ACTAS - Foi aprovada por maioria, a acta de vinte e nove de  
Setembro de dois mil e oito, com a abstenção da Senhora  
Vereadora Manuela Cunha que alega não ter participado na  
reunião.-----  
-----  
-----  
----Às dezassete horas e quarenta minutos, foi encerrada a  
reunião.-----  
-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo  
da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que  
com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa

---

---